

Nelson Ocuane, PCA da ENH, fala dos desafios da liquefação de gás em Moçambique

“Temos de ser pragmáticos e agressivos”

— Governo vai aprovar Decreto-Lei para dar garantias especiais à ENI e Anadarko
— ENI não vai ter fábrica de gás liquefeito flutuante

Por Marcelo Mosse

As negociações entre o Governo e a ENI (área 1) e Anadarko (área 4), que operam na bacia do Rovuma, estão na fase mais decisiva, depois de vários meses de tensões sobre algumas opções de investimento e aspectos do quadro legal nacional. As multinacionais acabam de vencer uma batalha: o Governo vai produzir um decreto-lei que declarará como inaplicáveis a estes dois projectos alguns artigos constantes na Lei de Trabalho e se comprometerá em não mexer no quadro fiscal e noutra legislação relevante até ao fim da produção. Para o efeito, o Governo já remeteu à Assembleia da República um pedido de autorização legislativa, que será debatido na presente sessão. O Decreto-Lei será uma espécie de garantia de estabilidade jurídica, essencial para as companhias mobilizarem financiamento e tomarem a chamada decisão final de investimento. Numa entrevista ao SAVANA, o PCA da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), Nelson Ocuane, diz que 2018, ano previsto para o início da exportação do gás liquefeito, ainda não está em risco, uma perspectiva optimista que contrasta com o ceticismo de alguns actores da indústria. E a intenção da ENI em avançar com uma fábrica de gás natural liquefeito (LNG) flutuante está descartada. Eis os extractos relevantes da entrevista.

Sabemos que o Governo vai fazer algumas concessões nas negociações com a Anadarko e a ENI. Quais são?

Os contratos com a ENI e Anadarko foram celebrados em 2006, prevendo pesquisa, produção e comercialização do gás ou petróleo que for descoberto. Neste momento, estão a ser discutidos dos aspectos que visam permitir o

desenvolvimento do projecto. Existem requisitos básicos para que um projecto desta magnitude arranque. Estamos a falar de um projecto cujo investimento inicial é de USD40 bilhões. Isso é o mínimo necessário para erguer as quatro unidades de liquefação de gás em Palma. Para fazer este investimento é preciso ter um *off-take* (comprador) e, normalmente, estes assinam contratos de longo prazo (25 anos) com recurso à banca, que exige garantias. Os compradores do gás também exigem algumas garantias, nomeadamente a de que esse produto vai ser fornecido nesse período.

Que aspectos concretos a ENI e a Anadarko estão a negociar com o Governo?

Neste momento, os grandes aspectos que têm sido discutidos são operacionais, relacionados com o regime de trabalho e estabilidade do investimento.

De que estabilidade está a falar?

Estabilidade do próprio projecto. As condições em que o projecto é aprovado mantêm-se ao longo da sua duração, de tal forma que garantem que se faça o investimento.

O que se pretende em relação à Lei do Trabalho? Sei que o Governo vai emitir um Decreto-Lei para anular as prerrogativas sobre o regime de quotas na contratação de mão-de-obra estrangeira...

O projecto vai necessitar de sete mil pessoas para a construção de uma unidade de liquefação. Serão quatro unidades. Isto pressupõe técnicos com especialidade em várias matérias. A questão das quotas vai ser observada à medida que o conhecimento é transmitido para o lado moçambicano. Sendo primeiro projecto, ainda não temos esse conhecimento, por isso estamos a trabalhar com vista a treinar pessoas para que tenham as

competências necessárias.

Outro aspecto está relacionado com os horários de trabalho, porque em projectos desta natureza trabalha-se em turnos médios de 12 horas rotativos.

As decisões sobre estas matérias devem ser tomadas de forma célere. Se formos morosos isso vai onerar o projecto e aumentar o risco, que terá que ser pago pelo custo de financiamento ou pela incapacidade de alavancar capital. Portanto, é preciso que haja uma autorização legislativa para acautelar todos os aspectos que forem identificados. Até agora foram identificados os aspectos que preocupam os financiadores e que podem inviabilizar o processo. A questão do acesso à terra é uma delas.

As negociações estão lentas, já levam dois anos. Há condições para que o Governo aprove os projectos da ENI e da Anadarko antes das eleições?

Os investidores precisam de ter a autorização legislativa para começarem a negociar o financiamento. Essas negociações levam 18 meses desde o seu início à sua conclusão. Quanto mais tempo perdermos, atrasamos o fecho financeiro, criando-se uma cascata de atrasos que podem comprometer as exportações em 2018. Outro aspecto a observar é a perspectiva do investidor, e o Estado é também investidor, quanto ao início da produção. Se atrasarmos, perderemos um bilião de dólares anuais.

Esse valor tem a ver com o custo do investimento, que vai ser deduzido das receitas futuras?

Sim. Chamam o tempo do dinheiro. Ter dinheiro hoje e amanhã é diferente. Se eu começo a ter as receitas em 2018 vale-me o que vale. Se eu começo a ter em 2019, estarei a pe-



“É necessária uma acção pragmática não só dos investidores como também do próprio Estado moçambicano para acelerar o projecto” - Nelson Ocuane

nalizar o país.

A partir de quando o país começa a perder em resultado de atrasos?

As vendas são feitas depois de se ter a decisão final do investimento. E esta decisão do investimento depende de dois aspectos. O primeiro é a segurança de que a produção vai começar no ano aprazado. Existem alguns acordos que permitiram identificar o potencial mercado. O consórcio é composto por produtores (ENI, Anadarko, ENH) cujo *core business* é a produção, mas também temos que ter em conta o interesse dos compradores mas que têm de garantir os seus mercados. Por isso, todos querem segurança no projecto, nomeadamente que o mesmo vai arrancar no período estabelecido.

Outro aspecto é ditado pelo mercado, que está em condições de absorver 240 milhões de toneladas de gás por ano. Isto significa que qualquer contribuição que for dada para o mercado deve ser olhada sob o ponto de vista de concorrência. Temos que ver quanto gás o mercado ainda está em condições de absorver. Um atraso na entrada no mercado global pode fazer com que tenhamos de nos limitar à produção das quantidades que o mercado nos permitir. Existem, neste momento no mundo, três focos que poderão garantir o equilíbrio ener-

gético. O grupo do leste de África (Moçambique, Tanzânia e Quênia); os Estados Unidos com o seu gás de xisto (que pode ser encontrado preso dentro de formações de xisto argiloso) e a Austrália.

Os três projectos não devem entrar na mesma altura por causa do mercado e da disponibilidade financeira. O mundo também não tem recursos financeiros infinitos e acredito que se está a concorrer, para os próximos, a não mais do que USD100 bilhões disponíveis para investimentos desta natureza. Então nós, como país, temos que nos colocar como concorrentes num mercado global competitivo, e por isso, é necessária uma acção pragmática não só dos investidores como também do próprio Estado moçambicano.

Quando é que se espera uma decisão final de investimento (DFC) por parte dos investidores?

A decisão final de investimento depende dos investidores, mas eles precisam garantir os financiamentos, fechar todos os contratos de compra e venda de gás e os respectivos planos de desenvolvimento e só depois disto é que se submete ao Conselho de Ministros para a aprovação. Só depois dessa aprovação do Governo poderão fazer as suas DFC. Mas existem duas componentes, uma financeira, que vai dar a viabilidade económica do projecto, e outra técnica relacionada com

as infra-estruturas.

Na perspectiva do investidor, quanto mais cedo se tomar a DFC melhor, pois o mercado passa a olhar para mim como um projecto e não como uma ideia apenas. Para o país, isso também é relevante pois, a partir daí, aumenta a nossa capacidade negociadora e permite mobilizar interesses e todo um conjunto de oportunidades de fornecimento de serviços, com um potencial enorme de subcontratações, geração de emprego e desenvolvimento da agricultura, que será muito avançada.

Em que estágio está a questão da autorização legislativa?

A proposta foi apreciada pelo Conselho de Ministros e acredito que já tenha sido submetida à Assembleia da República para a sua discussão.

LNG flutuante da ENI talvez mais tarde

Como é que olha para as divergências entre a Anadarko e a ENI em relação à unitização do poço que têm em comum?

A unitização é uma questão técnica. Não existe o aspecto físico. Sempre que dois corpos se estendem para além de áreas de concessão, as práticas internacionais e a Lei de Petróleo prevêem a unitização. Os dois concessionários, tanto o da Área 1 (Anadarko) assim como o da Área 4 (ENI) têm interesse que haja unitiza-

ção sob pena dos aspectos económicos serem colocados em causa. Existe também a questão da partilha de infra-estruturas, que tem sido debatida de uma forma isolada. E sobre isso já houve um acordo de unitização entre as duas partes, nomeadamente sobre como é que se produz o reservatório. Mas existe um aspecto em discussão que é a forma de gestão do reservatório para garantir que os dois mantenham as suas perspectivas económicas. E, para casos desta natureza, o princípio de unitização exige que haja um único operador. E para que isto aconteça é preciso que o campo esteja em produção, daí que a celeridade do projecto é fundamental e a necessidade de partilha de infra-estruturas.

Os contratos prevêem uma produção ao longo de 25 anos.

O que está previsto para o alto mar em termos de infra-estruturas? O Governo não vê com bons olhos a ideia de uma floating LNG...

Vamos olhar para o floating LNG como uma tecnologia alternativa...

Que no mundo ainda não existe, a primeira ainda está em construção... E no caso de Moçambique... creio que a ENI pretende testar essa tecnologia...

Eu olhava de uma forma diferente. Eu costumava dizer que vamos olhar para o país, como ele quer se posicio-

nar na região e no mundo. Nós não podemos estar sempre a admirar os outros. A tecnologia tem de ser testada. Agora, a viabilidade económica do projecto é que vai determinar se se avança agora ou não. O que não pode acontecer é qualquer iniciativa colocar em causa o desenvolvimento do projecto *on shore*, em Palma.

Então esta ideia da ENI de uma floating LNG não vai passar?

Absolutamente não. Também ainda não temos uma proposta concreta apresentada ao Governo para analisar objectivamente. O que tem estado a acontecer são opções discutidas tecnicamente ao nível da ENI com os parceiros do consórcio, mas que ainda não foram apresentadas ao Governo.

O receio do Governo em relação à opção da ENI baseava-se no facto de uma floating LNG ser menos geradora de emprego, de infra-estruturas, de oportunidades de negócios e, em suma, de ligações empresariais com incorporação do conteúdo local, se compararmos com uma unidade em terra.

No início, a Anadarko e a ENI queriam avançar para a *floating LNG* porque é rápido (construiu, instalou e produziu), mas dissemos que tinha que se colocar em terra para permitir o desenvolvimento de infra-estruturas. O *floating LNG*, apesar de não ter sido aprovado, não foi totalmente afastado. Se se demonstrar que é economicamente viável.

Monitoria de custos de investimento e operações está garantida

A recuperação dos custos do investimento por parte dos investidores vai reduzir o potencial de receita fiscal para Moçambique.

A renda total do Governo neste projecto está entre os 50 e 60%. O governo é parte do negócio. Estamos a falar de investimentos de USD5.0 bilhões. Este valor podia até não ser recuperado se não se descobrisse nada. Então a concessão atribui direitos aos investidores e estes investem a risco e depois partilham a riqueza com o Estado. Então os 50 ou 60% a que me refiro é a renda que o Governo vai ter no projecto todo. A outra parte (40%) servirá para pagar os investimentos feitos incluindo os lucros a que os investidores têm direito.

Que capacidades temos para monitorar ou controlar esses custos de investimento e os custos operacionais?

A monitoria desse tipo de projecto coloca-se assim: se tiras água de um lado compensas de outro lado. É um projecto com vários intervenientes. A ENH é um dos investidores e nós temos a missão de monitorar o reservatório, garantirmos que a produção aconteça e, para cada dólar investido, temos que verificar o que está a ser realizado. E isso não é feito só pela ENH. Temos um Comité de Gestão (CG). Na Área 1, temos no CG a Mitsui, uma companhia japonesa. A ENH é olheira do Estado e somos investidores. Os financiadores e os compradores também têm uma mão na monitoria.

Sei que há decisões que vão ser tomadas agora em relação à Palma...

Em relação à Palma, o projecto do Plano de Ordenamento de 18 mil hectares vai ser sujeito ao debate nos próximos dias. A intenção inicial era reservar 25 mil hectares para desenvolvimento industrial e garantir que as outras áreas sejam também desenvolvidas de forma ordenada. O Plano de Ordenamento vai permitir identificar uma área industrial, de turismo, habitacional e de espaços verdes. Definir-se um plano de infra-estruturização que permita a coabitação entre a indústria e os diferentes sectores dinâmicos da economia do país.

Este plano implica novos reassentamentos?

Implica o ordenamento das pessoas. O reassentamento só é feito em situações extremas. Caso o Estudo do Impacto Ambiental indique que o único sítio possível para desenvolver o projecto é aquele, isso vai obrigar à movimentação das comunidades. Mas esse é um extremo e se acontecer será tudo dentro das regras estabelecidas.

Que problemas existem na componente terra?

O primeiro aspecto é acesso à terra. Os 25 mil hecta-

res devem ser geridos para permitir não só os projectos que a ENI e Anadarko vão desenvolver como os de outros interessados. Se a Statoil descobrisse gás iria usar o mesmo espaço para desenvolver a sua infra-estrutura. O mesmo aconteceria com a Petronas. A decisão do Governo é a de não transmitir o DUAT aos operadores. Então, o conceito foi atribuir a uma empresa nacional e criar um mecanismo em que qualquer um possa ter acesso, mas sem tirar vantagem ao outro.

A ENH Logistics tem estado a formar parcerias sem lançar concursos públicos...

O que acontece é o seguinte: a Anadarko e a ENI são as operadoras. Elas devem lançar concursos para a aquisição dos serviços que vão acontecer. A ENH não tem trabalhos adjudicados. Ela deve criar parcerias para concorrer para algumas oportunidades.

Mas não devia ser por concurso público?

Há dois modelos: o primeiro é olhar para o nível internacional e ver quem são os bons. O modelo de parceria da ENH Logistics é estratégico e em qualquer consórcio vai se abrir a possibilidade de participação de empresas nacionais. Estamos agora a criar uma base de dados que consiste no cadastro de empresas. Neste momento, as parcerias que a ENH faz estão relacionadas com o know how que as empresas apresentam para o concurso, mas não têm projectos concretos adjudicados e vão concorrer para um daqueles serviços que são necessários.

Quais são os actuais parceiros da ENH Logistics?

Neste momento, a ENH-Logistics não está sozinha. Para além da Base Logística de Pemba (parceria com a Orlean), existe também uma empresa Bonatti (italiana), com a qual criamos a sociedade ENH Logistics-Bonatti para a manutenção e outros serviços. Temos também outra parceria com a SubSea para a instalação de infra-estruturas submarinas (tubagem, etc).

A Anadarko já começou a procurar serviços para o arranque da fábrica de Palma. Mais de metade são serviços que não temos em Moçambique. Como é que os moçambicanos podem agarrar as oportunidades?

Há muitos moçambicanos que se estão a movimentar. Os concursos lançados pela Anadarko são uma parte e isto ainda é o começo. Temos tido encontros regulares com prestadores de serviço dado que temos uma iniciativa de se colocar uma incubadora em Pemba, em que os empresários estarão presentes, serão acompanhados, desde a elaboração até à execução, quando estiverem preparadas para concorrerem.

